

O testemunho no texto ficcional de António Lobo Antunes e Isabela Figueiredo

Testimony in the fictional writings of António Lobo Antunes e Isabela Figueiredo

Cinthia da Silva Belonia *
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

121

RESUMO: Após a revolução de 25 de Abril de 1974, a ficção portuguesa dedica-se a uma revisão da história recente do país, abordando o passado para expor os absurdos de um regime político já bastante antiquado. A necessidade de dizer aparece, muitas vezes, diante de uma experiência limite, como a guerra colonial em território africano de domínio português (1961-1974), distante para muitos de nós, mas que impõe o silenciamento para aqueles que a viveram. Buscando dar voz a esse período de violência, autores como António Lobo Antunes, em *Os cus de Judas* (1979), e Isabela Figueiredo, em *Caderno de memórias coloniais* (2009), criam personagens testemunhas da guerra colonial para apresentar a nós, leitores, a partir dessa modalidade da memória, um período da história de Portugal que se passa fora do país e capaz de originar muitos traumas para aqueles que o vivenciaram.

PALAVRAS-CHAVE: Testemunho; Violência; Trauma; Guerra colonial.

ABSTRACT: After the Revolution of April 25, 1974, Portuguese works of fiction have been dedicated to a review of the country's recent history, addressing the past in order to unveil the absurdities of an outdated political regime. The need to tell has been often presented in the face of an edging event, such as the Colonial War in Portuguese-dominated African territory (1961-1974), although distant from many of us, a period that silenced those who faced it. In an effort to give voice to this period of violence, authors such as António Lobo Antunes, in *Os cus de Judas* (1979), and Isabela Figueiredo, in *Caderno de memórias coloniais* (2009), have created characters who witnessed the Colonial War as a means to show us, readers, by the genre of memory, a period of Portuguese history that took place outside the country and that caused major traumatic impacts to those who have experienced it.

KEYWORDS: Testimony; Violence; Trauma; Colonial war.

* Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, desenvolve Estágio Pós-doutoral na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Durante o século XX, conhecido como Era das catástrofes e do genocídio, a literatura de testemunho ganha considerável fôlego, não só em consequência da Shoah, mas principalmente por isso. Os romances dessa literatura não são pautados pelo belo, mas pela verdade, podendo apresentar uma narrativa muito dura e violenta. Dessa forma, o testemunho na ficção apresenta, algumas vezes de maneira crua, um passado de ruínas e de dor. Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar, escrever, esquecer* (2009), questiona o que provoca a preocupação com a “verdade do passado” e porque fazemos questão de consolidar a “história verdadeira” de uma nação. A filósofa entende, a partir desses questionamentos, que a verdade do passado está relacionada a uma ética da ação presente com uma questão de conformidade entre o que se diz/escreve e o que de fato ocorrera. De que forma, então, no contexto português, a “verdade do passado” pode confrontar a memória oficial acerca de uma guerra colonial ocorrida fora do país?

O testemunho na literatura portuguesa do final do século XX em diante ocorre na ficção por meio de narrativas em primeira pessoa. Personagens narradores contam uma história que dialoga com a de outros escritores, também ficcionais, contribuindo para a construção de uma nova memória coletiva que conflita com a narrativa do governo salazarista acerca do que se passava nas colônias. *Os cus de Judas* (1979)¹, de António Lobo Antunes, e *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, ajudam a contar a história de Portugal que ocorre em África a partir do ponto de vista de um enviado do exército português na guerra colonial e de uma retornada², respectivamente. Além do discurso testemunhal em primeira pessoa, os romances analisados se aproximam ao escancarar a sujeira colonial que Portugal acreditava poder esconder embaixo do tapete. Não há em nenhum dos dois romances o testemunho direto dos

¹ Ano da primeira publicação. A edição utilizada por mim é a de 2010. O mesmo ocorre com o livro *Caderno de memórias coloniais*, pois a edição que utilizo também é do ano de 2010.

² Após a criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais pelo governo português, os portugueses passaram a chamar, de forma pejorativa, os nacionais que chegaram das ex-colônias de “retornados” para diferenciá-los dos demais portugueses.

africanos vítimas da guerra ou do sistema colonial, mas sim o de quem vivenciou um período que a história recente do país tentou apagar com o fim do salazarismo. A ficção criada por esses dois escritores dialoga com a vida pessoal de cada um: Lobo Antunes foi para Angola durante a guerra como médico e Isabela Figueiredo é uma retornada de Moçambique. Embora nenhuma das narrativas da autora portuguesa se proponha a ser autobiográfica, o livro *Caderno de memórias coloniais* pode ser pensado como uma autoficção³.

Nessas duas narrativas têm-se o testemunho de uma ferida aberta de Portugal (o colonialismo e suas consequências), tratando, a partir da ficção, sobre o espaço colonial português, que contribui para contar uma nova história do país, contraposta à oficial. Em *Os cus de judas* há o testemunho durante a guerra, sem análise sobre o tempo que se vivia com a maturidade da distância temporal. A reflexão é feita em tempo real a partir do senso crítico da personagem observando como a violência do Estado pode afetar a mente de um homem, além de constatar a negligência do governo português com seus combatentes e em como vidas inocentes - como as crianças, por exemplo - eram vitimadas em uma guerra sem sentido. Já em *Caderno de memórias coloniais*, o testemunho é dado pela personagem já adulta rememorando o que viveu na infância durante o pré-25 de Abril até sua ida à Portugal após a Revolução dos Cravos. A narradora faz um relato pessoal sobre ser uma colona branca em Moçambique durante o fim do período colonial, a falta de conhecimento dos colonos sobre a guerra (pois esta ocorria no interior do país) e como é recebida pelos portugueses ao chegar na antiga metrópole. Devido à distância temporal, a personagem pode refletir de forma crítica como agiram na época e o que fizeram com os moçambicanos.

³ A autoficção em *Caderno de memórias coloniais* não será analisada aqui por ser um tema muito caro ao romance de Isabela Figueiredo e, por isso mesmo, contemplar apenas uma das narrativas selecionadas para este artigo.

O triste monólogo de um combatente

Após a revolução de 25 de Abril de 1974 - um dos mais importantes acontecimentos históricos da segunda metade do século XX em Portugal, que culminou com o fim dos 41 anos de ditadura salazarista -, a ficção portuguesa dedica-se a uma revisão da história recente do país, abordando o passado para expor os absurdos de um regime político já bastante antiquado. A dimensão imaginada de um império, fortalecida desde as Navegações até o salazarismo, foi sobreposta de forma tão sintomática que, segundo Ivan Kano (2016), em “A que veio este museu no meio d’*Os Cus de Judas*?”: “a nação se converteu no problema literário mais urgente de seus escritores, ora como reforço desse mito fundacional, ora como tentativa de reajuste das incongruências entre o imaginário coletivo e o real imediato” (KANO, 2016, p. 76). A necessidade de dizer aparece, muitas vezes, diante de uma experiência limite, como a guerra colonial de Angola do domínio português (1961-1974), distante para muitos de nós, mas que impõe o silenciamento para aqueles que a viveram. *Os Cus de Judas* narra, a partir da memória de um ex-combatente, os horrores da guerra colonial em Angola, representado por um homem às voltas com o relato de uma experiência de difícil representação, pois a guerra aqui deve ser compreendida no domínio do trauma, experiência que dificulta a aplicabilidade da linguagem verbal.

Lembrando que cada um conta a sua versão da história, a partir daquilo que viu e viveu, portanto, o que temos no romance de Lobo Antunes é a fala de quem viveu a experiência da guerra em primeira pessoa, uma guerra travada pelos angolanos contra o colonialismo e não contra o povo português. O narrador de *Os Cus de Judas* apresenta-se como médico que serviu ao exército português em Angola por vinte e sete meses. Laura Padilha (2007), no artigo “Ficção e guerra angolana: a perda da inocência”, escreve que, do ponto de vista literário, a guerra de Angola abriu as portas para um novo pacto ficcional, que tem como marca principal a perda da inocência, no sentido mais amplo.

Salazar tinha uma ideia grandiosa do país, uma “visão de esplendor” de um Portugal que vive de forma modesta, gerindo bem os recursos, ao mesmo tempo em que é um império “do Minho ao Timor”. Margarida Calafate Ribeiro e Antônio Sousa Ribeiro (2013), em “Os netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória da segunda geração”, escrevem que partia dessa visão sua ideia de manter as colônias portuguesas em África apelando para a “defesa da ‘nação una e indivisível’, como ocorrera aliás nas guerras da Indochina e da Argélia, protagonizadas pela França” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 26). Sobre o silêncio mantido acerca da guerra, o narrador do romance questiona:

Porque comando é que não se fala nisso? Começo a pensar que o milhão e quinhentos mil homens que passaram por África não existira nunca e lhe estou contando uma espécie de romance de mau gosto impossível de acreditar, uma história inventada com que comovo a fim de conseguir mais depressa (um terço de paleio, um terço de álcool, um terço de ternura, sabe como é?) que você veja nascer comigo a manhã na claridade azul pálida que fura as persianas e sobe dos lençóis, revela a curva adormecida de uma nádega, um perfil de braços no colchão, os nossos corpos confundidos num torpor sem mistério (ANTUNES, 2010, p. 65).

Por ter a forma de um monólogo, com poucos diálogos, o livro tem um ritmo arrastado e triste. A linguagem usada é bastante agressiva e repleta de palavrões, sendo essa uma forma de adequar a narrativa à realidade violenta do que é narrado. Realidade esta que é construída a partir da experiência da guerra em Angola e que Lobo Antunes apresenta como armadilha produzida pela ditadura e por toda a estrutura familiar apegada às tradições e aos padrões salazaristas. A guerra surge como uma salvação do orgulho perdido da pátria portuguesa, inserida em um clima de falsidade e usurpação.

O romance é dividido em 23 capítulos nomeados com as letras do alfabeto, o que pode indicar a vontade do narrador em querer dizer tudo, em um ato de desespero pelo que viveu na guerra e pelas consequências dessa vivência em sua vida posterior a ela. Segundo Alba Valéria Niza Silva (2016), em seu artigo “*Os cus de Judas: um universo em fragmentos*”: “Esgotar o alfabeto

corresponde a uma tentativa de esgotar a linguagem para tentar dizer o que parece impossível por meio de palavras: o horror, a angústia, a falta de sentido, a dor, a perda” (SILVA, 2016, p. 32). Isso é o que Maria Alzira Seixo, citada por Silva (2016), chama de “Um exame crítico da guerra de Angola de A a Z” (p. 32).

A narrativa pode ser vista como uma denúncia do esquecimento que Portugal parece querer devotar à guerra e a seus sobreviventes e não apenas uma delação do que ocorreu em África. Em *Os cus de Judas*, quem narra está na guerra do lado português, a fragilidade da história colonial é perceptível no estímulo de uma política de colonização que promovia a paz e disfarçava a guerra, comprometendo seus homens e mulheres.

António Lobo Antunes utiliza a literatura para que sua voz seja ouvida, compartilhando sua experiência e expondo seu trauma. Apesar de a língua silenciar diante do evento traumático, ela segue sendo a única testemunha que fará o trauma ser descrito. Será ela também que ajudará a contar uma história violenta e sangrenta que não pode ser esquecida, tampouco amenizada:

Tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colónias, nem fascismo, nem Salazar, nem Tarrafal, nem Pide, nem revolução, jamais houve, compreende, nada, os calendários deste país imobilizaram-se há tanto tempo que nos esquecemos deles, marços e abris sem significado apodrecem em folhas de papel pelas paredes, com os domingos a vermelho à esquerda numa coluna inútil, Luanda é uma cidade inventada de que me despeço, e, na Mutamba, pessoas inventadas tomam autocarros inventados para locais inventados, onde o MPLA subtilmente insinua comissários políticos inventados (ANTUNES, 2010, p. 194).

Gagnebin (2009) explica que lutar contra o esquecimento é lutar contra a repetição do horror, sendo essa manutenção da memória uma tarefa política. Enquanto Marcello Caetano⁴ afirmava que nas colônias estava tudo em paz, combatentes, quando não morriam em combate ou em consequência deles,

⁴ Último presidente do Conselho do Estado Novo.

retornavam amputados, feridos, traumatizados. Segundo Gagnebin: “[...] a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro” (GAGNEBIN, 2009, p. 47). Contar, mesmo que pela ficção, o que de fato acontecia em Angola, é uma forma de expor que o 25 de Abril não tem o poder de abafar - e nem deve - toda a violência da colonização e da tentativa de manutenção dela.

O que conta a memória da infância

Para a análise de *Caderno de memórias coloniais*, utilizou-se a edição portuguesa⁵, na qual há uma entrevista anexada (“Isto é a sério: uma conversa com Isabela”). Lendo a partir desta entrevista, considerando-a como parte do livro, a narrativa de *Caderno...* é uma espécie de acordo com o pai, uma forma de absolvê-lo, mas também um ajuste de contas com os outros retornados vivos e com os portugueses que os maltrataram quando estes chegaram a Portugal sem saber que eles já haviam pagado um preço alto ainda na colônia logo após o 25 de Abril⁶. Ajuste de contas como forma de um testemunho que precisava ser dado, não o que os portugueses das ex-colônias desejavam:

Do ponto de vista pessoal não havia motivos para evitar estas revelações. A minha luta interior, pessoal, tinha acabado. Depois, e isto já é a minha costela cristã, que herdei do meu pai, a fazer das suas: ele não se confessou antes de morrer, e eu quero realizar essa confissão em seu nome, e ao fazê-lo, como sua principal acusadora, que fui, gostaria que também me fosse facultado o poder de o absolver. Quero acreditar que o tenho. Este livro serve para lhe dizer isso: ok, vai em paz, estás absolvido! Agora, cá me arranjo eu com o resto! (FIGUEIREDO, 2010, [Adenda, p. 24]).

⁵ Editora Angelus Novus, 2010. No entanto, é importante destacar que na edição brasileira (Editora Todavia, 2018), Isabela Figueiredo escreve um posfácio intitulado “O meu corpo e o dele”, no qual explica que sua vida e a do *Caderno...* confundem-se. Este prefácio e a entrevista anexada à edição portuguesa de 2010 tratam do mesmo tema: o pai como personificação do colonialismo.

⁶ 25 de abril de 1974 é a data da Revolução dos Cravos, dia que marca o fim da guerra colonial (na gramática portuguesa).

Caderno de memórias coloniais fala da sociedade colonial de Moçambique sob a perspectiva do retornado, descrevendo a violência direcionada aos negros e a humilhação sofrida depois do 25 de Abril, primeiro em Moçambique e depois em Portugal. É narrado em primeira pessoa, não nomeando os personagens e nem a narradora. A obra ajuda a compreender o sentido da presença portuguesa na África do ponto de vista de uma menina, com então 12 anos. Ela confronta a memória coletiva dos portugueses de Portugal acerca do colonialismo de forma crua, partindo do racismo cotidiano até às agressões sofridas pelos colonos depois do 25 de Abril. Se durante o período colonial os portugueses agrediam, estupravam e subalternizavam os negros, após o fim da guerra colonial os colonos passam a sofrer humilhações e violência semelhantes por parte dos nativos. Além disso, por não querer viver em uma terra que não poderiam mais se ver como donos, muitos voltam para Portugal. Esse retorno não se dá de forma semelhante para todos, pois enquanto há os que têm família para receber, há os que não tem ninguém e vão com o dinheiro contado, recebendo ajuda do IARN⁷. A humilhação que a narradora de *Caderno...* menciona é ser tratada como colonizadora. Não que ela não fosse uma, mas entendia que todos na mesma condição que ela já haviam sofrido o bastante com o fim da guerra e o retorno e, além disso, compreendia também que todos os portugueses eram, direta ou indiretamente, também colonizadores.

O romance alinha-se à geração dos netos que Salazar não teve, nas palavras de Calafate Ribeiro (2013): os filhos da Guerra Colonial, da ditadura, dos retornados, crianças com uma memória própria dos eventos que levaram ao fim o império português em África, ou a pós-memória (aqueles que não têm memória própria desses eventos, mas cresceram ouvindo as histórias das quais não foram testemunhas). O livro narra o período colonial em Lourenço

⁷ Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais.

Marques⁸, a guerra colonial e a chegada dos retornados a Portugal. No entanto, para este recorte, ocupo-me apenas do período colonial.

O que contar sobre a experiência africana

Os dois livros são narrativas que pensam Portugal a partir da experiência africana. Os dois escritores aqui analisados fazem uso do que Paul Ricoeur (2007) menciona como fórmula típica do testemunho: ambos contam o que viram e viveram enquanto “estavam lá”, em Angola (Lobo Antunes) e Moçambique (Isabela Figueiredo), durante um período da história de Portugal que só era conhecido por quem também estava lá. Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento* (2007), escreve: “Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40, grifo do autor). Para o teórico francês, o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história, sendo através dele que muitos fatos históricos podem ser narrados para as gerações futuras. No caso de Portugal, país onde o discurso oficial negava (ou escondia) a realidade nas antigas colônias, o testemunho em primeira pessoa é, por vezes, a única fonte para se chegar a esse passado, porque não há outras ou por este ser o mais confiável. Romances como o de Lobo Antunes e o de Isabela Figueiredo fazem parte de uma seleção de narrativas ficcionais, publicadas entre o fim dos anos 1970 e nas primeiras décadas do século XXI, que contribuem para a construção da memória de uma colonização que não foi pacífica.

Jeanne Marie Gagnebin (2009) aborda o rastro benjaminiano que “[...] inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2009, p. 44). Segundo a filósofa, a memória utiliza a imagem/conceito de rastro por viver essa tensão entre

⁸ Nome da capital moçambicana durante o período colonial. Após a independência (1975) a capital passa a se chamar Maputo.

presença e ausência. Presença de um passado já desaparecido que faz sua invasão em um presente evanescente. O testemunho que fora pedido à narradora do *Caderno...* nunca foi dado por ela, pois o que lhe pediam era para contar a violência que os colonos sofreram após o 25 de Abril desconsiderando tudo o que se passou antes, desconsiderando toda a violência colonial. O pedido é narrado (testemunhado para o leitor) para que se saiba o que aconteceu, mas não sem ser posto ao lado de um testemunho sobre todo o colonialismo:

Os negros mataram, à catanada, o marido e os filhos da Conceição, no Infulene; lembra-te disto, desmembraram-no todo, estava espalhado no milharal... foi o teu pai que lhe encontrou os bocados...! Já é uma mulher, tens de lhes contar o que fizeram à Candinha do Joaquim, com o pau... que a usaram todos, e depois lho espetaram por baixo até lhe sair à garganta, até morrer como Cristo (FIGUEIREDO, 2010, p. 89).

No entanto, a narradora nunca entregou a mensagem de que era portadora. O testemunho que a narradora precisa dar, e que Isabela Figueiredo concretiza com a escrita do livro, é necessário para contar uma história que não é contada em Portugal: o cotidiano da colonização em África só é sabido por quem o viveu, tanto o branco de origem portuguesa quanto o negro nativo. Esse cotidiano de racismo, maus tratos, servidão do negro, estupro, que se acumulam com o tempo em um rancor latente prestes a explodir no primeiro momento, é visto, vivido e sentido, como já mencionado, por quem estava lá. Sobre essa alienação em que vivia Portugal acerca da guerra colonial, o narrador de *Os cus de Judas* expõe:

Ancorado na baía, o navio que nos trouxera duplicava o reflexo na água preparando a partida: ia regressar sem mim ao inverno e ao nevoeiro de Lisboa onde tudo prosseguia irritantemente na minha ausência com o ritmo do costume, permitindo-me imaginar, despeitado, o que se seguiria de modo inevitável à minha morte e que era, afinal, o prolongamento da indiferença morna e neutra, sem entusiasmo nem tragédias, que eu tão bem conhecia, feita de dias cosidos uns aos outros numa fúnebre burocracia desprovida de inquietações de labareda (ANTUNES, 2010, p. 27).

A violência que poderia explodir a qualquer momento por parte dos colonizados, já fartos da humilhação da colonização, explode de forma bruta

após o 25 de Abril e, para os colonos agora humilhados, isso precisava ser noticiado em Portugal. Isabela Figueiredo reflete sobre a colonização e a guerra colonial em Moçambique sem romantizar, sua narrativa é tão dura quanto a realidade:

Não se responde. Baixa-se os olhos. É mentira e é verdade, mas ambas precisam de voz, e não a temos. É muito cedo. Eu ainda estava na raiz da verdade. Ainda lá dentro, úmida, crescendo, comendo terra, esperando terra.

Todos os lados possuem uma verdade indesmentível. Nada a fazer. Presos na sua certeza absoluta, nenhum admitirá a mentira que edificou para caminhar sem culpa ou caminhar, apenas. Para conseguir dormir, acordar, comer, trabalhar. Para continuar. Há inocentes-inocentes e inocentes-culpados. Há tantas vítimas entre os inocentes-inocentes como entre os inocentes-culpados. Há vítimas-vítimas e vítimas-culpadas. Entre as vítimas há carrascos.

Passa muito tempo até termos a voz, até termos saldado, a bem ou a mal, a dívida que pensávamos dever; até cuspirmos no dever e na honra e na fidelidade, essas cordas tão sujas, tão forçadas. Até não nos importarmos de ser apenas umas cabras, párias do sangue e da raça. Até perder a fé e a cortesia. Tudo (FIGUEIREDO, 2010, p. 115).

Logo após o 25 de Abril, a guerra colonial é rapidamente silenciada, pois não era algo agradável de recordar publicamente, ficando reservado aos grupos diretamente portadores dessa memória: os ex-combatentes, suas famílias e os retornados. Havia uma euforia pelos novos tempos no ar, o que contribuiu para que o 25 de Abril fosse rapidamente transformado em um exemplo de revolução pacífica, esquecendo todo o sangue derramado em solo africano. Margarida Calafate Ribeiro e Antônio Sousa Ribeiro questionam como essa história seria contada: “Que testemunho poderia então ser dado sobre a Guerra Colonial? Que condições de recepção havia na sociedade portuguesa para a audição desse testemunho? Quem estava de fato interessado em ouvir o que se tinha passado em África?” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 28). A preocupação dos que vivenciaram a guerra estava, agora, em “[...] lutar contra a incredulidade e a vontade de esquecer” (RICOEUR, 2007, p. 187) dos portugueses que entendiam que o que se passou em África não era da responsabilidade deles. O romance *Os cus de Judas*, publicado apenas cinco anos após a Revolução dos Cravos, representa a quebra do silêncio da guerra. Testemunhar a incompreensão da

guerra e toda a violência que possa ocorrer em eventos como este, era o oposto do desejo português após décadas de salazarismo e de anos de guerra colonial. A dificuldade encontrada por essas pessoas (grupos diretamente portadores da memória colonial) era a forma adequada para enquadrar uma narrativa que, na verdade, poderia enredar por uma ordem historicamente injusta. Afinal, de que forma contar a violência da guerra e da saída das ex-colônias sem se colocar como vítima de um sistema que, na verdade, vitimava os africanos? Ao mesmo tempo, não dava para silenciar uma experiência tão marcante na vida de tantos portugueses. Era preciso torná-la audível de uma forma que não fosse pelo ressentimento e pelo relato de perdas. Era essa a dificuldade: a impossibilidade de contar uma história que deveria ficar confinada ao foro privado sem nunca chegar ao conhecimento público. Não havia o que justificar acerca da violência praticada em África pelos portugueses, por mais que se tentasse explicar. Sobre as dificuldades que pesam sobre a narração e suas possibilidades, Jeanne Marie Gagnebin (2009) reforça que para haver testemunho é preciso que alguém esteja disposto a ouvir:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

No entanto, a necessidade de contar o que se passou em África pelos portugueses não consistia em uma narrativa de vítima de um evento traumático. Os retornados, por exemplo, acreditavam que os portugueses precisavam saber o que lhes ocorrera nas ex-colônias como se narrando o que sofreram, os colonos ficassem isentos da responsabilidade da colonização. Em contrapartida, os portugueses não tinham interesse em ouvir por não sentirem que essa responsabilidade tinha alguma relação com eles. Era como se a colonização interessasse apenas àqueles que estiveram em África, mas não aos

portugueses que, mesmo nunca saindo de Portugal, beneficiaram-se dela de alguma forma.

A literatura produzida em Portugal acerca do colonialismo, do 25 de Abril e suas consequências posteriores, seja a literatura de guerra ou a literatura do retornado, vai trabalhar o vazio da compreensão, pois não se compreende uma guerra e a violência quando se está inserido nela. Margarida Calafate Ribeiro (2009), no texto “O fim da exceção atlântica e a descolonização da Europa” escreve que a ocultação seguia após o 25 de Abril como se assim fosse possível apagá-la da memória de quem a viveu, como se tudo tivesse sido um engano:

Mas a guerra vinha a bordo dos navios que regressavam ao cais, vinha inscrita nos corpos e nos espíritos que protagonizaram o último regresso europeu no cais e com ele protagonizaram o fim real da exceção atlântica. Por isso, o 25 de Abril não foi a libertação singularmente pacífica que todos rapidamente quiseram ler no encantamento da nossa jovem democracia. O 25 de Abril estava, desde o seu primeiro movimento, manchado pelo sangue derramado lá longe em África, como os barcos que durante anos cumpriram estas rotas entre Portugal e uma África em guerra de libertação (RIBEIRO, 2009, p. 44).

133

Era importante que essa história não caísse no vazio da memória pública, pois era algo que os outros não queriam ouvir, mas que não deveria ser esquecido. A memória de África, que parecia não ser contemplada, precisava ser considerada como um elemento essencial (fundamental) para a construção da democracia portuguesa. António Lobo Antunes e Isabela Figueiredo são escritores que contribuem com sua escrita para o resgate da memória do colonialismo e da guerra colonial. São obras que questionam, segundo Calafate Ribeiro (2009), os protocolos de esquecimento sobre os quais se fundou e construiu a democracia de Portugal.

A literatura da guerra colonial e a literatura escrita pelos retornados narram o processo de dilaceração e de transformação do ser individual e coletivo ao longo de um percurso africano. A melancolia, segundo Calafate Ribeiro (2009), tem o sentido freudiano do luto, pelos mortos que se sacrificaram pela guerra de uma

forma ou de outra, pelas vidas destruídas e pelos muitos desencontros gerados, que só suportamos encarar pela conquista da liberdade.

Para a elaboração da história desses países que um dia foram colonizados, seriam necessárias novas formas de pensar criticamente o entendimento da história colonial. Surge, assim, uma mudança de perspectiva na literatura portuguesa acerca da presença do português em território africano, dando voz àqueles que sofreram com a colonização. A memória da história colonial passa a ser problematizada e desconstruída ao ser confrontada com outras memórias. Nessa literatura pós-25 de Abril se faz uma viagem oposta à história de regressos, há um retorno à África para reconhecer que boa parte da história de Portugal se passou fora do próprio país e da Europa, e para perceber essa ferida colonial é necessário que se conte a história das pertencas e vinculações dos sujeitos que pertenceram a essas terras coloniais para que estes não se tornem os refugiados da história.

134

A crueza para relatar a violência sofrida é, em Lobo Antunes, para evidenciar que as colônias não estavam em paz (como afirmava o então primeiro-ministro de Portugal, Marcello Caetano) e em Isabela Figueiredo, como forma de mostrar que a colonização não foi inocente. Os retornados costumam enaltecer a violência sofrida pós-25 de Abril como se isso justificasse a violência provocada por eles anteriormente. No entanto, a violência foi prática constante entre os colonos como forma de dominação do povo colonizado. Como descreve a narradora de *Caderno...*:

Manuel deixou o seu coração em África. Também conheço quem lá tenha deixado dois automóveis ligeiros, um veículo todo-o-terreno, uma carrinha de carga, mais uma camioneta, duas vivendas, três machambas, bem como a conta no Banco Nacional Ultramarino, já convertida em meticais.

Quem é que não foi deixando os seus múltiplos corações algures? Eu há muitos anos que o substituí pela aorta (FIGUEIREDO, 2010, p. 11).

Conforme elucida a escritora portuguesa, a saudade e lamentação pela saída das ex-colônias não era pela experiência vivida, pela identificação com a

cultura do país ou qualquer coisa semelhante, mas pela perda financeira e do *status* de poder que a colonização oferecia. Como os romances analisados de António Lobo Antunes e de Isabela Figueiredo relatam, o colonialismo português não foi inocente - de acordo com a fala de muitos portugueses ao comparar com o colonialismo britânico e francês - e o 25 de Abril não pode apagar, sequer abafar, o passado e todo o sangue derramado. A ferida colonial permanece aberta em Portugal, sendo a única forma possível de cura o constante relato e reflexão acerca das práticas violentas durante a colonização, a guerra colonial e, em consequência desse sistema, o racismo enraizado há séculos no país.

Referências

- ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. 4. ed. Coimbra: Angelus Novus, 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KANO, Ivan Takashi. “A que veio este museu no meio d’*Os cus de Judas*?”. In: *Metamorfoses*, v. 13, n. 2 (2015), p. 76-89.
- PADILHA, Laura. “Ficção e guerra angolana: a perda da inocência”, in Rita Chaves, Tania Macêdo e Rejane Vecchia, orgs. *A Kinda e a misanga - Encontros brasileiros com a literatura angolana*. São Paulo/Luanda: Cultura Acadêmica/Nizla, 2007, p. 55-61.
- RIBEIRO, M. C. e Ribeiro A. S. “Os netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória da segunda geração”. *Abril-NEPA/UFF*, vol. 5, no. 11, 2013, p. 25-36, <https://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/29660>.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. “O fim da exceção atlântica e a descolonização da Europa”. *Colóquio Letras*, no. 170, jan-abr 2009, p. 41-50, <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/79355>.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SILVA, Alba Valéria Nilza. “*Os cus de Judas*: um universo em fragmentos”. *Cadernos CESPUC de Pesquisas Séries Ensaios*, vol. 1, no. 14, 2017, p. 24-34, <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/14693>.

Recebido em: 22 de maio de 2022.
Aprovado em: 17 de fevereiro de 2023.